

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 07/2012
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO

- Presidente:** - *António José Pires Almor Branco*
- Vereadores presentes:** - *Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues*
- *Nuno Manuel M. Pinto de Sousa*
- *José Assunção Lopes Maçaira*
- *João Maria Casado Figueiredo*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- Vereadores ausentes** - *Maria Gentil Pontes Vaz*
- Secretariou:** - *João Paulo Fraga*
Diretor do Depart.º de Administração, Finanças e Modernização (R. S.)
- Hora de Abertura:** - 09.00 Horas
- Ata da Reunião Anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Outras Presenças:** - *António Maria de Carvalho*
Diretor do Depart.º de Urbanismo e Ordenamento do Território
- *Jorge Eduardo Guedes Marques*
Diretor do Depart.º de Construção, Manutenção e Operação
- *Maria Adelaide Fernandes*
Diretora do Depart.º de Educação e Assunto Sociais e Culturais
- Local da Reunião:** - Paços do Concelho – Salão Nobre da Câmara Municipal

Antes da Ordem do Dia

Ação Inspeciva 2012.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subst.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: Cumpre informar os Senhores Vereadores da Oposição da Ordem de Serviço n.º 37/2012, de 13 de março, exarada pelo Ex.º Senhor Sub-Inspector geral da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local, foi determinado que no período de 19 de março a 16 de abril, vai realizar-se a Inspeção Ordinária ao Município de Mirandela, nos termos da respetiva Ordem de Serviço, tendo sido designado o Senhor Inspector Dr. Vitor Ribeiro Pinto.

Esta Inspeção Ordinária, terá como pontos de trabalho o conteúdo das denúncias, queixas e exposições subsistentes na IGAL, a acumulação de funções (autárquicas e privadas), por parte dos funcionários autárquicos, as empreitadas e obras públicas a incidir nos últimos dois anos pela técnica da amostragem e o fornecimento de bens e serviços dos últimos dois anos a incidir também pela técnica da amostragem.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ação Inspeciva de 2007.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Em relação à ação inspetiva de 2007 que já é pública. Pergunto se é possível saber o resultado? No mandato anterior sempre que solicitei isso, nada me foi disponibilizado, com a exceção de uma consulta ainda quando o processo estava a decorrer.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subst.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: Relativamente a essa inspeção a mesma está concluída, verificando-se conforme consta do Ponto 1 da Ordem de Trabalhos n.º 37/2012 – "... queixas e exposições subsistentes na Igal" foi já enviada documentação ao Senhor Inspector que está a realizar a presente Inspeção Ordinária, corroborando que as referidas exposições estão sanadas, bem como no que concerne ao cumprimento das recomendações efetuadas pela inspeção anterior, as mesmas foram cumpridas.

De qualquer forma será entregue o relatório da Inspeção de 2007 aos senhores vereadores que o solicitarem.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Pude verificar através de alguns e-mails que recebi, que existe agora esse Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo, para além de um outro que se chama Gabinete de Apoio ao Presidente e tive a oportunidade de ir ao site da Câmara Municipal e vi este organograma, que julgo ser o mais recente, aprovado recentemente. A informação escrita no *site* não corresponde ao organograma aprovado.

Olhando para este organograma não vejo localizado esses gabinetes e considerando que estão afetos a esse gabinete funcionários da Câmara Municipal, pretendia saber porque motivo é que este gabinete foi constituído, não tendo sido objeto de proposta de alteração do organograma, ou seja, não tendo merecido uma aprovação quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal e em relação a isto eu solicito um parecer jurídico sobre a legalidade desse ato.

Sei que quem gere esse gabinete é o vosso Adjunto, também administrador da AIN, ou seja, entendo que este gabinete me parece “algo camuflado” com um nome pomposo, não é mais do que uma utilização de recursos financeiros e recursos humanos da Câmara Municipal para trabalhar a imagem do candidato.

Discordo redondamente com essa atitude, aliás, já tive inúmeras discussões no mandato anterior, com o Dr. *José Silvano* sobre a utilização da Agenda Municipal para esses efeitos.

Hoje assistimos à criação de um Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo, com o propósito de valorizar a imagem do candidato.

Queria ainda perguntar quantos funcionários foram disponibilizados para esse serviço, para além do Senhor adjunto, qual a despesa salarial afeta a esse gabinete incluindo a do seu adjunto? Considerando que se trata de um gabinete de protocolo, gostaria de saber porque razão não fui e se calhar falo em nome da oposição, não fomos informados como autarcas da realização de sessões de esclarecimento sobre a reforma do poder local, organizado pela CCDRN e dirigido a todos os órgãos autárquicos, ou seja, a todos os membros eleitos.

Recebi isso através do meu e-mail de serviço e através de uma terceira pessoa e não recebi como esperava receber através da Câmara Municipal de Mirandela.

Aliás, quero fazer o seguinte reparo: recebi uma série de convites, dois deles escritos pala mesma pessoa, para a visita do Senhor Presidente da República, um dos convites foi entregue no meu serviço, outro foi por correio azul no mesmo dia e outro por e-mail, tudo para situações diferentes mas se calhar com o mesmo convite haveria menos desperdício e ficaria informado na mesma.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que será solicitado o devido parecer jurídico quanto à sua legalidade, no entanto ainda bem que o Senhor Vereador acha que existem mais algumas funções que podem ser atribuídas a este gabinete, reconheço este erro quanto ao seminário e o gabinete passará a enviar aos Senhores Vereadores este tipo de informação.

Este gabinete além de outras funções, realiza a gestão de todas as reclamações da Câmara Municipal nos termos do processo da Qualidade, neste momento faz a centralização da imagem não só na perspetiva da imagem do Executivo, mas principalmente da imagem de todo tipo de documentos, de um conjunto de elementos internos e foi um gabinete criado dentro desse conceito, a legalidade ser-lhe-á transmitida.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Não é a questão da ilegalidade do gabinete em si, é se não deveria ser alvo de deliberação.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subst.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: Relativamente a este assunto cumpre esclarecer que nos termos do previsto nos artigo 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, não se identifica que a criação do Gacip – Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo ou de outros gabinetes de idêntica natureza, tenham que obrigatoriamente ser objeto de deliberação da Câmara Municipal e/ou da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu desconheço qualquer despacho sobre o GACIP, mas a Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico ainda se mantém?

----- O Senhor PRESIDENTE informou que toda a estrutura se mantém. E só para dizer também, eu não criei nenhum Gabinete de Apoio ao Presidente, este gabinete é algo que está na legislação.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: O que está na legislação é a possibilidade de ter esse gabinete, não tem que ter esse gabinete. Quando o Senhor Presidente decide ter esses elementos assume a criação do gabinete.

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que o Gabinete de Apoio ao Presidente foi criado no sentido de dar apoio a toda a Câmara Municipal.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* perguntou: A Equipa Multidisciplinar ainda está a funcionar? Funciona sem chefe?

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que o lugar não iria ser substituído.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Visita do Senhor Presidente da República.



----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Em primeiro lugar quero felicitar o Centro Social e Paroquial do Romeu, na pessoa do Senhor Cônego *Bom*, pela obra de ampliação do Lar Betânia de Jerusalém do Romeu, felicitar todos os envolvidos, desde a conceção do projeto, à sua construção.

Felicitar ainda a *Tecsam* pela concretização da sua unidade de hemodiálise, aguardando-se que as contrapartidas se executem, se de facto o terreno em causa puder receber esses bungalows, uma vez que na altura, eu recorde-me e reporto-me à discussão que tive na altura aqui nesta Câmara de que esse terreno já teria sido desafetado na área de REN para a execução de uma ETA, mas isto foi em 2007 ou 2006, muita coisa poderá ter mudado entretanto. E gostaria de saber qual o ponto de situação sobre essa questão.

Sobre esta unidade de hemodiálise em particular, o protocolo celebrado entre a Câmara e a *Tecsam*, que visa as tais contrapartidas das construção dos 12 bungalows, eu espero que a *Tecsam* saiba honrar o seu compromisso, porque *Mirandela* já perdeu muito com a situação daquele terreno e é bom recordar a este executivo, possivelmente nem toda a gente estará a par, que até foi responsável por uma ação política muito falsária, mais falsária de que há memória. Foi a promessa eleitoral ao longo de três mandatos. Prometeram habitações sociais a pessoas carenciadas ou fragilizadas na sua condição.

Importa também lembrar que a Câmara pagou cerca de 100.000.000\$00 (cem mil contos), por um outro terreno, perdeu também a participação do INH no valor de 140.000.000\$00 (cento e quarenta mil contos) e naturalmente ainda teve de indemnizar a *Somague* para reaver o direito de superfície, que julgo que terão sido 90.000.000\$00 (noventa mil contos).

Eu acho que é importante, de facto, questionar as contrapartidas, mas também há aqui algo mais importante ou tão importante que as contrapartidas, que é o incumprimento de uma promessa eleitoral, as habitações sociais, a dívida que resultou para esta Câmara no valor de centenas de milhares de contos, seja pelas indemnizações, pela compra do terreno e também pela perda do financiamento.

Mas o ponto principal da minha intervenção sobre a visita do Senhor Presidente da República, prende-se com o discurso do Senhor Presidente da Câmara, julgo que ao contrário do que referiu, *Mirandela* devia ter pedido algo ao Presidente da República, e acho que na qualidade de representante máximo dos mirandenses, deveria ter solicitado ao Presidente da República que usasse os seus poderes junto do Governo para uma discriminação mais positiva mesmo em tempo de austeridade, mesmo neste cenário muito conjuntural.

Poderia nomeadamente, na área da saúde, ter-se manifestado contra a redução de valências nas unidades hospitalares públicas da região, que deveríamos manter serviços noturnos nos concelhos mais distantes, isto num âmbito mais regional e manifestar preocupação em relação à redução de técnicos de saúde.

No que concerne à mobilidade regional, que os utilizadores da futura A4 pudessem deduzir uma percentagem em sede de IRS e IRC, pois não temos vias alternativas à A4, em vez desta futura oferta de viagens gratuitas, dez viagens por mês, isso num dia um empresário pode-as gastar deslocando-se entre localidades.

No apoio às IPSS, que têm desenvolvido e viu-se pela inauguração do Lar Betânia, um excelente trabalho junto dos mais fragilizados.

Na área da educação, mais concretamente aqui em relação a *Mirandela*, refiro-me às obras de requalificação da Escola Secundária de *Mirandela*, que o Senhor Presidente da República intercedesse junto do Governo para dar celeridade ao processo.

Em relação aos atrasos dos pagamentos do POPH à Escola de Música. Isto são alguns exemplos que poderiam ter sido questionados e a participação do Senhor Presidente da República ter sido solicitada.

Reivindicar estes direitos não é demagogia política, na minha opinião, é apenas mostrar a tal preocupação por quem trabalha, pelos mais fracos e desprotegidos que temos na nossa região.

É representar de forma efetiva os seus concidadãos, mas o Senhor Presidente entende que *Mirandela* está bem, que não necessita de ajuda, basta olhar para a dívida que a Câmara tem, para perceber o que vocês arranjam para esta Câmara e pela necessidade do Saneamento Financeiro.

Entendo que essa visão algo cega, faz lembrar aquele Primeiro-Ministro recente que considerava que Portugal estava bem, era um “mar de rosas”, que estava bem financeiramente, enquanto todos os indicadores financeiros e até o Ministro das Finanças da altura dizia o contrário.

Por conseguinte, entendo que o Presidente da República tem tido uma ação fiscalizadora, deste e qualquer outro Governo e acho que o seu papel como autarca de *Mirandela* era solicitar essa ação atuante junto do Governo.

O Presidente da República pediu a nossa confiança e certamente tê-la-á, mas quero acreditar também, que o Senhor Presidente da República também saberia corresponder aos nossos anseios e pedidos de apoio, ao exigir mais atenção para a nossa região, certamente também estaria a merecer mais ainda, a nossa confiança.

Por último e em relação às tarjas da greve geral, apenas quero manifestar a minha discordância com a postura que a Câmara Municipal teve, entendo que num Estado de Direito Democrático todos têm a liberdade de se exprimir, dentro do que está legislado e salvaguardado pela Constituição e o que aconteceu só revela aquilo que é visível há muito tempo, que em *Mirandela* não existe Estado de Direito muitas vezes.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: A visita do Presidente da República ao nosso Concelho honra-nos pela demonstração da importância da nossa Terra e pela oportunidade de mostrar ao País os nossos talentos, o nosso saber fazer, as nossas qualidades. Os Transmontanos têm sabido, ao longo de muitos anos, bem receber e fazer com que as nossas visitas se sintam “em casa”, partilhem as nossas alegrias e fiquem a conhecer as nossas tristezas.

Permitam-me que me refira aqui, na reunião de Câmara a uma situação que me chocou não só pela demonstração de pouca visão do País, mas principalmente pela falta de cultura democrática a que vimos assistindo.



Por todo o País foram colocadas faixas alusivas à greve geral convocada pela CGTP, para o passado dia 22 de março, tratando-se por isso de um direito constitucional. Em Mirandela, foram retiradas pelo Município aquando dos preparativos para a visita do Senhor Presidente da República. Esta decisão valeu uma queixa da União de Sindicatos de Bragança contra o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Preocupa-me esta situação pelo sinal negativo que foi dado num País Democrático e num Município que é o meu e o nosso e que se pretende aberto, dialogante e inclusivo.

Estou certa de que o Presidente da República já conhecia as faixas e que não ficaria melindrado com a sua colocação. Estavam por todo o País e também fazem parte do nosso interior.

A atitude de as retirar foi mais uma demonstração da cultura democrática que tem faltado ao nosso Presidente substituto. Lamento profundamente que tivéssemos passado uma imagem que não honra nenhum Mirandense, nenhum Transmontano, nem nenhum Português. Tenho mesmo a profunda convicção que o nosso Presidente da República estaria frontalmente contra a retirada dos cartazes das ruas de Mirandela.

Nós, Mirandenses, gostaríamos de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que existem situações preocupantes no concelho que mereceriam desta eficácia.

Fica infelizmente assinalada mais uma situação de completa ausência de cultura democrática.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que regista os conselhos políticos que foram dados, todos os conselhos são bons e regista a opinião dos Senhores Vereadores, naturalmente uma opinião diferente.

Em relação às tarjas, as tarjas que são retiradas em Mirandela são todas as tarjas que todos os dias são colocadas em Mirandela seja qual for a situação. Os funcionários municipais têm instruções de manhã, quando fazem a circulação, chamamos-lhes nós “dos sacos”, que é para descobrir se há algum caixote do lixo que ficou mal colocado, se existe alguma coisa estranha na rua e têm instruções para retirarem todas as tarjas.

Isso vê-se através por exemplo das tarjas de eventos municipais de concelhos limítrofes, nem todas as tarjas foram retiradas, as que estavam colocadas em locais que são indicados para tal não foram retiradas. Aliás existe um levantamento fotográfico dessa situação, porque quando foi feita a queixa foi dito que todas foram retiradas e não foi isso que aconteceu, apenas foram retiradas as tarjas e os pendões como acontece todos os dias nesta cidade.

Todos os dias são retiradas tarjas e pendões que são colocados em locais que nós não consideramos adequados. Se forem ver em todas as rotundas estão colocados vários elementos de comunicação de diversos partidos políticos.

Quando se diz que retiramos as tarjas da greve geral, no fundo é verdade porque nós retiramos todas as tarjas que são colocadas em Mirandela, sejam de publicidade política, sejam de publicidade de outras características.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Não se trata de publicidade política. É um direito constitucional.

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que o que recomendamos a todas as pessoas que colocam tarjas, é que escolham os locais que nós determinamos para as colocarem.

É isto que dizemos a todas as pessoas e foi isso que aconteceu, não houve aqui nenhum tipo de agressão, aliás, já existiram outras greves gerais em que foram retiradas tarjas e pendões e não houve esses problemas, isto está ligado à visita do Senhor Presidente da República, o assunto já foi devidamente clarificado, nós continuaremos a retirar estas tarjas e pendões que apareçam na rua, é um conceito de ambiente urbano que nós defendemos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Questões levantadas na passada reunião.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Em primeiro lugar queria perguntar se tem as respostas que disse que trazia a esta reunião da Câmara Municipal, relativamente às questões por mim levantadas na passada reunião como a venda de terrenos e contrapartidas, a reforma da Administração Local, sobre a matilha de cães junto ao Cachão, o Metro, a AIN e Centro Hospitalar do Nordeste.

Na altura foi-me respondido pelo Senhor Presidente que nesta reunião traria toda a informação, não sei se há lugar a essas respostas, ou se adiará para a próxima reunião?

----- O Senhor PRESIDENTE informou que todas as respostas são dadas pelo seu gabinete, se ainda não foram entregues serão entregues brevemente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação do Senhor Presidente.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que a reunião de hoje foi antecipada para as 9 horas porque às 14 horas vai ser realizada a reunião da CIM, onde irá estar presente o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, para discutir as novas competências da CIM.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao ensino e administração escolar, tinha sido referido aqui numa reunião de Câmara anterior, que ia ser realizada uma reunião fazendo referência à questão levantada por nós sobre as obras na Escola Secundária.

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que a questão foi levantada por todos, não foi só a Senhora Vereadora que levantou essa questão.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, em resposta na altura à questão por mim levantada o Senhor Presidente respondeu que iria ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, para abordar esse assunto, não sei se abordaram ou não esta questão.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que a reunião foi exatamente sobre essa questão.

Tive uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para abordar a questão da Escola Secundária de Mirandela e o problema das obras que vão ser realizadas.

Nessa reunião foi-me transmitido que neste momento as Direções Regionais da Educação estão a realizar um levantamento de emergência para fazerem intervenções, que não serão intervenções apenas pontuais, são intervenções reparadoras, mas não terão o nível de intervenção que estava previsto, nem faz sentido neste momento.

Foi feita uma proposta pela Câmara Municipal de Mirandela que irá ser formalizada ao Senhor secretário de Estado, neste momento como não está formalizada não pode ter ainda acolhimento formal, foi feita uma proposta pela Câmara Municipal de Mirandela de protocolar uma eventual intervenção através da Bolsa de Mérito da ON se tal for possível, ou através das verbas que estão afetas à área da educação, tentando assim encontrar uma solução protocolada entre o Governo e a Autarquia para arranjar uma solução a curto prazo. Neste momento irá ser feita essa proposta, está a ser preparado o formato da proposta iremos entregá-la brevemente e aguardaremos uma resposta do Senhor Secretário de Estado.

Em relação à DREN, solicitamos com caráter de urgência a realização de uma reunião para sabermos qual é o nível de intervenção que neste momento vai ser feito, para não andarmos a duplicar intervenções.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: De facto o nosso parque escolar está em muitas más condições, excetuando uma ou outra escola primária que sofreram alterações recentemente, os condicionalismos que vamos ter agora resultam muito do esbanjamento do que foi a Parque Escolar do último Governo, os quinhentos milhões de euros que foram gastos de forma ilícita.

Portanto, se vão sofrer na pele todas estas condicionantes, ou seja, se a Escola Secundária de Mirandela não vai ter a intervenção que deveria ter e que estava prevista, só temos que remeter essa responsabilidade ao Governo anterior por esse facto.

-----O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: O Senhor Vereador tem estado desde o início da reunião a atacar uma questão que é o Estado, o Serviço Central, nós estamos numa reunião de Câmara, não estamos aqui a discutir com ninguém e o senhor Vereador está constantemente a atacar o anterior Governo, o presidente do seu partido também gastou muito dinheiro em submarinos e ninguém está aqui constantemente a apontar o dedo.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: O Sr. Vereador está completamente enganado e por favor não me interrompa, as questões de que eu estou a falar aqui, têm a ver com o facto de que se não houvesse o esbanjamento de dinheiros que houve em relação à Parque Escolar, a Escola Secundária de Mirandela poderia estar muito melhor do que vai estar.

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que cada pessoa tem o direito de manifestar na reunião a sua opinião, a Parque Escolar tinha um projeto que era para intervir em todas as escolas nacionais, ficaram de fora algumas escolas porque gastaram mais dinheiro do que o que deviam nas outras, o que significa que essas foram excluídas. Infelizmente no meio dessas está a Escola Secundária de Mirandela.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Infelizmente isso acontece na maioria das obras deste país e em todas as Câmaras.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que aceita a opinião da Senhora Vereadora, mas não tem igual opinião e tem de concordar com o que diz o Senhor Vereador *Nuno de Sousa*, não tem a mesma compreensão e o que aconteceu em Mirandela ultrapassa largamente essa situação, porque houveram concursos adiados, valores errados, um crescimento do orçamento sucessivo.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Isso acontece porque algumas pessoas que estão nessas instituições, seja no Parque Escolar, seja no Município, porque nós infelizmente temos técnicos que em vez de se preocuparem com o interesse público e em defender o interesse público, estão preocupados noutras situações de várias ordens e se se preocupassem com o dever em ocuparem o lugar que têm eles e outros colegas, se calhar não tínhamos esta situação danosa, seja a nível político, seja a nível de técnicos, porque o seu contributo também é extremamente pesado neste processo em que nem só os políticos podem tomar a decisão final, os técnicos que estão por de trás disto têm também muita culpa no “cartório”, desde projetistas, a avaliadores, todos têm.



A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Justificação de Faltas.

----- O Senhor Presidente informou que a Senhora Vice-Presidente Dr.ª Gentil Vaz não pode estar presente por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Senhora Vice-Presidente Dr.ª Gentil Vaz.

01/03 – Aprovação de Ata de 12 de março.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 12 de março de 2012.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DUOT – SO de Obras Particulares e Loteamentos.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 19 de março, pelo Senhor Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 01/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 02 de janeiro a 19 de março de 2012.

Pedidos de Informação Prévia Indeferidos

18/11 – António Luís Nunes – Ampliação de uma Moradia – Rua das Fontes Frias em Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 04/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 05 a 19 de março de 2012.

Licenciamentos Deferidos

32/11 – Maria Laura Morais Mendes Gomes – Legalização de um armazém para produção Local – Cortinha das Figueiras – Vila Nova das Patas;

47/11 – Silvino da Luz Martins e Filhos, Lda. – Remodelação de terreno para depósito de terras – Lugar do Pontão – Mirandela;

58/11 – Nuno Jorge Ferreira – Construção de uma moradia e garagem – Lugar das Corriças – Passos;

11/12 – Susana Maria Cardoso Araújo – Colocação de Vedação – Seixigal – Suções;

13/12 – Cristina Maria Pires Pinto – Alteração/Ampliação de um muro – Rua Vasco da Gama n.º. 154 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 04/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 05 a 19 de março de 2012.

Comunicações Prévias Deferidas

61/11 – Vítor José dos Santos Borges – Habitação Bifamiliar – Urbanização Retiro II Lote 12 em Mirandela;

120/11 – Abel Cândido Rosinha – Habitação Unifamiliar – Loteamento do Prado Lote 1 A em Carvalhais.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 05/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 20 de fevereiro a 19 de março de 2012.

Autorizações de Utilização Deferidas

65/11 – Ilda da Conceição e Luzia Paula Ferreira Coutinho – Instalação de um estabelecimento de bebidas – Rua de S. Mateus – Mirandela;

106/11 – Belmiro António Pereira – Habitação – Largo do Terreiro n.º 12 – Mirandela;

7/12 – Henrique Manuel Nogueira Fernandes – Habitação – Valbom de Pitez – Vale de Gouvinhas;



11/12 – Ilídio dos Anjos Casado, Lda. – Retiro da Princesa Lote 27 – Mirandela;
12/12 – Centro Social e Paroquial do Romeu, Lda. – Construção/Ampliação do Centro Social – Romeu – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DCMO – SO de Obras Municipais.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 21 de março, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03 – Aprovação de Prestação da Garantia Bancária n.º 9015/007366/493 – Caixa Geral de Depósitos.

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subst.) Dr. João Fraga, em 21/03/2012, com o seguinte teor:

“Nos termos do contrato a efetuar entre o Município de Mirandela e a Estradas de Portugal, relativo às infraestruturas com influência na zona da EN 15, designadamente, prolongamento do ramal de saneamento ao longo da EN15 entre o Km. 169+100 e o 169+124, torna-se necessário apresentar uma caução no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros).

Nesta conformidade, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação do contrato de prestação de Garantia Bancária a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos para os efeitos e nos termos constantes do clausulado anexo, designadamente:

- Garantido: Município de Mirandela;
- Beneficiário: EP – Estradas de Portugal;
- Finalidade: Garantir a boa execução dos trabalhos do projeto” prolongamento do ramal de saneamento ao longo da EN15 entre o Km. 169+100 e o 169+124;
- Montante: 5.000,00 € (cinco mil euros);
- Prazo: 2 (dois) anos

À Superior Consideração de V. Exa.”

----- Vem acompanhada do Contrato de Prestação de Garantia Bancária (Ref.ª 9015/007366/493), que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Vereador Dr. José Maçaira em 21/03/2012, exarou o seguinte Despacho:

“Concordo com o proposto.

À reunião de Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar o contrato de prestação de Garantia Bancária n.º 9015/007366/493 a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos para os efeitos e nos termos constantes do clausulado anexo.

04 – Aprovação de Prestação da Garantia Bancária n.º 9015/007283/893 – Caixa Geral de Depósitos.

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subst.) Dr. João Fraga, em 21/03/2012, com o seguinte teor:

“Nos termos do contrato a efetuar entre o Município de Mirandela e a Estradas de Portugal, relativo às infraestruturas com influência na zona da EN 15, designadamente, prolongamento da conduta de água na aldeia de Passos (EN15 entre o Km. 169+000 e o 169+108), torna-se necessário apresentar uma caução no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros).

Nesta conformidade, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação do contrato de prestação de Garantia Bancária a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos para os efeitos e nos termos constantes do clausulado anexo, designadamente:

- Garantido: Município de Mirandela;
- Beneficiário: EP – Estradas de Portugal;
- Finalidade: Garantir a boa execução dos trabalhos do projeto” Prolongamento de conduta de abastecimento de água na aldeia de Passos - EN15 entre o Km. 169+000 e o 169+108;
- Montante: 5.000,00 € (cinco mil euros);
- Prazo: 2 (dois) anos

À Superior Consideração de V. Exa.”

----- Vem acompanhada do Contrato de Prestação de Garantia Bancária (Ref.ª 9015/007283/893), que se dá por reproduzida.



----- O Senhor Vereador Dr. José Maçaira em 21/03/2012, exarou o seguinte Despacho:

“Concordo com o proposto.

À reunião de Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar o contrato de prestação de Garantia Bancária n.º 9015/007283/893 a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos para os efeitos e nos termos constantes do clausulado anexo.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO

05 – D.F.P. – Subunidade Orgânica de Contabilidade e Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 23 de março de 2012 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	454.761,55€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	1.020.256,94€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.475.018,49€
DOCUMENTOS-----	140.584,20€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – D.F.P. – SO de Aprovisionamento e Património – Autorizações de Despesa Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 06/DFP-SA-RC de 23/03/2012 da Divisão Financeira e Patrimonial:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 09 de março de 2012 a 22 de março de 2012, foram efetuadas as Requisições com os n.ºs 194, 458 a 495, 497 a 538, 541 a 547, 549 a 554, perfazendo o valor total de **81.819,07€**.

Nome do Responsável	Valores em Euros
António José Pires Almor Branco	49,20
Maria Gentil Pontes Vaz	6.236,95
José Assunção Lopes Maçaira	5.522,63
Manuel Carlos Pereira Rodrigues	70.010,29
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00€	4.191,86
Requisições de valor superior a 200,00€	77.627,21

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07 – D.F.P. – SO de Contabilidade e Tesouraria – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 06/DAFM-DEP de 23/03/2012 que a seguir se transcreve:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 09 de março de 2012 a 22 de março de 2012, foram efetuadas as seguintes autorizações de pagamento:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas	1.058.401,58€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	72.934,82€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08 – SO de Aprovisionamento e Património – Aprovação das Atas n.s 1/2012 e 2/2012 da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos da Zona Industrial.

----- Foi presente a ata n.º 1/2012 da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos da Zona Industrial em 24/01/2012, com o seguinte teor:

“Ata n.º 1/2012

Aos vinte e quatro dias do mês janeiro do ano de dois mil e doze, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Município de Mirandela, reuniu a Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial, constituída nos termos do Regulamento aprovado em reunião de Câmara de 17 de janeiro de 1997.



Em representação das entidades referidas no n.º 6 do referido Regulamento, compareceram e estiveram presentes:

- António José Pires Almor Branco – Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município de Mirandela, que coordenou a respetiva Ordem de Trabalhos;
 - Paula Maria Costa Romão – Chefe de Serviços do Centro de Emprego de Mirandela, em representação do Ninho de Empresas de Mirandela;
 - Carlos Manuel Sousa Santos e Rui Carlos Espinhosa Cepeda – respetivamente, Vice-Presidente e Vogal da A.C.I.M. – Associação Comercial e Industrial de Mirandela, em representação da mesma associação comercial;
- a fim de dar início à respetiva Ordem de Trabalhos:

Ponto 1: Aprovação de novos processos de candidatura e reapreciação de processos anteriores.

- A Comissão de Análise procedeu à análise dos novos processos de candidatura, designadamente, Eletro-Tua, Comercialização e Montagem de Iluminação, Lda. para atribuição de um lote destinado à expansão das atuais instalações e novas áreas associadas a energias renováveis, bem como a reapreciação dos processos de investimento de Santos & Manuel, Lda. para atribuição de um lote considerando-se a urgência de construção, e da Leicras – Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana, para a manutenção do respetivo lote considerando-se a aprovação de uma candidatura comunitária, tendo deliberado, por unanimidade, aprovar os correspondentes processos de candidatura, sendo que na votação do processo de candidatura da Eletro-Tua, Comercialização e Montagem de Iluminação, Lda. ausentou-se o Sr. Vice-Presidente da ACIM para salvaguarda de eventual conflito de interesses.

Ponto 2: Informação da rescisão por mutuo acordo de um contrato de direito de superfície.

-A Comissão de Análise tomou conhecimento da rescisão por mútuo acordo do contrato do direito de superfície do Lote 1 K atribuído à empresa Tua Seca – Lda.

Ponto 3: Pedidos para a realização das escrituras de propriedade plena.

- Foram presentes para apreciação três processos em que é requerida a realização das escrituras de propriedade plena, em virtude de os respetivos investimentos estarem concluídos, nomeadamente: Dimáguas (Lote 10 K), Alcina Santulhão (Lote 6 K), Construela (Lote 13 J), Henrique Costa: Lote 1 I), tendo a Comissão de Análise deliberado, por unanimidade, não se pronunciar sem que previamente seja verificado no local o estado de desenvolvimento dos correspondentes investimentos efetuados.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou a intenção de transformar a Comissão de Análise numa permanente ação de interação entre as entidades intervenientes, salientando que as reuniões deveriam ser realizadas no Ninho de Empresas de Mirandela, tendo a Chefe de Serviços do Centro de Emprego de Mirandela disponibilizado uma sala para o efeito.

Não havendo na presente data mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos, designando a data de dez de fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas quinze horas, para continuação dos trabalhos, designadamente, verificação in loco do cumprimento das condições previstas no Regulamento supra citado, procedendo-se à convocatória aos usufrutuários para que estejam presentes junto aos respetivos lotes.

Mirandela, vinte e quatro de janeiro de dois mil e doze.

A Comissão:

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco

A Chefe de Serviços do Centro de Emprego de Mirandela;

Paula Maria Costa Romão

O Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;

Carlos Manuel Sousa Santos

O Vogal da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;

Rui Carlos Espinhosa Cepeda"

----- Foi presente a ata n.º 2/2012 da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos da Zona Industrial em 10/02/2012, com o seguinte teor:

“Ata n.º 2/2012

Aos dez dias do mês fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas quinze horas, na Zona Industrial de Mirandela, reuniu a Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial, constituída nos termos do Regulamento aprovado em reunião de Câmara de 17 de janeiro de 1997.

Em representação das entidades referidas no n.º 6 do referido Regulamento, compareceram e estiveram presentes:

- António José Pires Almor Branco – Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município de Mirandela, que coordenou a respetiva Ordem de Trabalhos e Manuel Carlos Pereira Rodrigues – Vereador a Tempo Inteiro da Câmara Municipal de Mirandela;
- Paula Maria Costa Romão – Chefe de Serviços do Centro de Emprego de Mirandela, em representação do Ninho de Empresas de Mirandela;



- Jorge Gomes Pires Morais e Carlos Manuel Sousa Santos, respetivamente, Presidente e Vice-Presidente da A.C.I.M. – Associação Comercial e Industrial de Mirandela, em representação da mesma associação comercial.

a fim de dar início à respetiva Ordem de Trabalhos:

Ponto 1: Vistoria às empresas que solicitaram a propriedade plena dos seus lotes.

- A Comissão de Análise efetuou uma visita às empresas que solicitaram a realização das escrituras de propriedade plena, em virtude de os respetivos investimentos estarem concluídos, nomeadamente: Dimáguas (Lote 10 K), Alcina Santulhão (Lote 6 K) e Henrique Costa: Lote 1 D), tendo verificado conjuntamente com os respetivos requerentes a correspondente conformidade com o Regulamento em apreço, propondo, por unanimidade, autorizar a realização das escrituras de propriedade plena, sendo que em relação à Construela foi deliberado, por unanimidade, aguardar maior desenvolvimento do investimento.

Ponto 2: Vistoria aos lotes cujos requerentes não estejam a cumprir com os seus planos de investimento.

- A Comissão de Análise vistoriou os lotes cujos requerentes não estão a cumprir os respetivos planos de investimento, nomeadamente: Lomax – Produtos de Higiene e Desinfecção, Lda. (Lote 15 J), Desterratua, Lda. (Lote 8 J), Galvanizadora do Nordeste, Lda. (Lote 10-12 J), Tecnimira, Lda. (Lote 1 J), tendo sido manifestado pelos mesmos a intenção de dar cumprimento imediato aos pressupostos constantes no Regulamento, tendo a Comissão de Análise aprovado, por unanimidade, convocar os requerentes no prazo de seis meses para nova verificação e avaliação do cumprimento dos referidos pressupostos.

A Comissão de Análise visitou ainda as instalações do Ninho de Empresas de Mirandela, tendo sido evidenciado o interesse na constituição de um Gabinete de Apoio à Empresa e Empreendedorismo, tendo sido deliberado, por unanimidade, efetuar uma proposta ao Ministério da Economia e do Emprego para a realização de um protocolo em que a gestão deste espaço empresarial seja da competência do Município de Mirandela em articulação com a Comissão de Análise.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos.

Mirandela, dez de fevereiro de dois mil e doze.

A Comissão:

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco

O Vereador a Tempo Inteiro da Câmara Municipal;

Manuel Carlos Pereira Rodrigues

A Chefe de Serviços do Centro de Emprego de Mirandela;

Paula Maria Costa Romão

O Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;

Jorge Gomes Pires Morais

O Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;

Carlos Manuel Sousa Santos”

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Se a quem é retirado o lote, o Município devolve-lhe o dinheiro?

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que se o lote for retirado por mútuo acordo o dinheiro é devolvido.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto aprovar as atas n.s 1/2012 e 2/2012 da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos da Zona Industrial.

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

09 – Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários – Decisão de contratar, escolha do procedimento, nomeação do júri, aprovação das peças procedimentais, aprovação do preço base, do prazo de execução e do critério de adjudicação.

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Técnico da Divisão de Vias e Planeamento em 01/03/2012, com o seguinte teor:

Conforme solicitação Superior foi elaborado o orçamento para execução da Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários, em Mirandela.

Este projeto teve a colaboração de vários técnicos na elaboração de diversas especialidades:

- Eng.º Paulo Verdelho, nas infraestruturas elétricas;



- Eng.º Luís Borges, na rede de abastecimento de água;
- Arqt.º Henrique Pereira e Arqt.º Bruno Mesquita, na execução da proposta de arquitetura.

O valor dos trabalhos orça em 760 000,00€ (Setecentos e Sessenta Mil Euros) e um prazo de execução de 6 meses.
Caso a Câmara pretenda abrir concurso, deverá verificar-se o respetivo cabimento orçamental.

Proponho que o júri do concurso seja constituído por:

- Chefe da DVP – Eng.º Paulo Magalhães,
- Técnico Superior da DVP – Eng.º José Necho,
- Técnica Superior da DVP – Eng.ª Alice Correia.

Suplentes:

- Técnica Superior da DVP – Eng.ª Fátima Dias,
- Técnico Superior da DASP – Eng.º Luís Vinhais.

À Consideração Superior,”

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Chefe da Divisão de Vias e Planeamento em 01/03/2012, com o seguinte teor:

“O projeto contempla:

- Substituição da rede de água na Av. Dos Bombeiros Voluntários
- Substituição e reforço da iluminação pública em ambas as avenidas;
- pavimentação em betão betuminoso da Av. Dos Bombeiros Voluntários até à rotunda do S. João
- pavimentação dos passeios na Av. dos Bombeiros Voluntários até à rotunda do S. João
- pavimentação das baías de estacionamento com pedra de chão na Av. das Amoreiras e Av. dos Bombeiros Voluntários

O orçamento estimado é de 760.000,00€

À consideração superior.”

----- Foi presente um parecer subscrito pelo Diretor do Departamento de Construção, Manutenção e Operação em 14/03/2012, com o seguinte teor:

“A abertura do procedimento subentende a aprovação do PROJETO e do respetivo Programa, em que as condições mais determinantes são:

a designação do júri, para o que é feita uma proposta

a aprovação do preço base, para o que se propõe o valor do orçamento de 760.000€

a aprovação do prazo de execução que se propõe de 6 meses.

os critérios de apreciação de propostas que se propõe com 80%-PREÇO e 20%-QUALIDADE DA PROPOSTA

À aprovação superior.”

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel Rodrigues em 20/03/2012, exarou o seguinte Despacho:

“Em cumprimento do contratualizado na candidatura ao Programa de Ação Tuamirandela – Regeneração Urbana do Centro Histórico da Cidade de Mirandela, Operação: Mirandela Sustentável – Promover a Qualificação do Espaço Público e do Ambiente Urbano, Componente Recuperação e qualificação urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras com financiamento de 85% a fundos comunitários, os departamentos (DCMO e DUOT) em articulação, desenvolveram internamente uma proposta para a execução de uma empreitada para a recuperação e qualificação urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários.

Nesta conformidade, submete-se à aprovação em Reunião de Câmara pelo Executivo Municipal:

A abertura de procedimento de concurso público e respetivo caderno de encargos.

O preço base de 760.000,00€

A aprovação do prazo de execução de 6 meses.

Os critérios de apreciação de propostas que se propõe com 80%-PREÇO e 20%-QUALIDADE DA PROPOSTA

O júri do concurso seja constituído por:

- Chefe da DVP – Eng.º Paulo Magalhães,
- Técnico Superior da DVP – Eng.º José Necho,
- Técnica Superior da DVP – Eng.ª Alice Correia.

Suplentes:

- Técnica Superior da DVP – Eng.ª Fátima Dias,
- Técnico Superior da DASP – Eng.º Luís Vinhais.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Determinar a contratação com vista à execução dos trabalhos da empreitada com a designação: “Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários”;
- 2 – Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar no valor de 760.000,00€ (setecentos e sessenta mil euros), com exclusão do IVA;
- 3 – Escolher para formação do contrato o procedimento de concurso público, determinando a sua abertura;
- 4 – Aprovar o projeto de execução e as peças do procedimento;
- 5 – Designar a constituição do júri, composto pelos seguintes elementos:
 - Membros efetivos: Paulo João Ferreira Magalhães (que presidirá), José Manuel Mendes Necho e Alice do Carmo Alves Correia;
 - Membros Suplentes: Maria de Fátima Dias da Rocha Pereira e Luís António Nogueira Vinhais.

OUTROS ASSUNTOS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, incluir na ordem do dia, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo, o seguinte assunto:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS E CULTURAIS

10 – DEAS – Informação Social – Manuel Amílcar Mesquita.

----- Foi presente uma informação subscrita pela Técnica Superior de Serviço Social em 23/03/2012, que se dá por reproduzida.

----- A Senhora Vice-Presidente Dr.ª Gentil Vaz em 23/03/2012, exarou o seguinte Despacho:

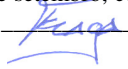
“Ao Senhor Presidente da Câmara.”

----- O Senhor Presidente em 23/03/2012, exarou o seguinte Despacho:

“Considerando a situação de emergência social que o presente caso traduz e a impossibilidade concreta de proceder à aquisição de medicamentos pelo agregado, determino a atribuição do subsídio solicitado e a posterior ratificação em reunião de Câmara.

----- Processo despesa n.º 662 de 23/03/2012.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do pedido de subsídio mensal no valor de 165,00€ (cento e sessenta e cinco euros), com efeitos retroativos de fevereiro de 2012 até julho de 2012 ao Senhor Manuel Amílcar Mesquita, conforme proposto.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim , que a elaborei e mandei transcrever.

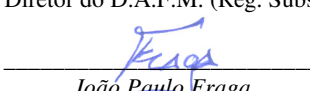
----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 10 horas.

O Presidente da Câmara Municipal;



António Pires Almor Branco

O Diretor do D.A.F.M. (Reg. Subst.);



João Paulo Fraga